



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS JI-PARANÁ/RO

VANILZA SOUZA AGUILAR

A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Ji-Paraná
2019

VANILZA SOUZA AGUIAR

A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Ms. Dalva Felipe de Oliveira.

Ji-Paraná
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A283i Aguilár, Vanilza Souza.

A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.
/ Vanilza Souza Aguilár. – Porto Velho, 2019.
47 f. ; 30 cm.

Monografia (Graduação) – Centro Universitário São Lucas,
2019.
Orientação Profa. Ms. Dalva Felipe de Oliveira, Coordenação
de Serviço Social.

1. Serviço Social. 2. Pessoa com Deficiência. 3. Mercado de
Trabalho. I. Título. II. Oliveira, Dalva Felipe de.

CDU 36

VANILZA SOUZA AGUILAR

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso Serviço Social do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Professora Ms. Dalva Felipe de Oliveira.

Ji-Paraná,

Avaliação/Nota:

BANCA EXAMINADORA

Resultado

Orientadora: Mestre Dalva Felipe Gonçalves

Centro Universitário São Lucas

Mestre Dulce Teresinha Heineck

Centro Universitário São Lucas

Assistente Social Francisco Marcos Gomes da Páscoa

APAE/Ji-Paraná.

Dedico esse trabalho em primeiro lugar à Deus, pois sem ele não conseguiria chegar até aqui e por ter me dado inteligência e colocado diversas pessoas em meu caminho. Dedico à minha família e principalmente minha mãe que foi uma guerreira em minha vida e não deixou eu desistir nunca pois, sempre se esforçou para me levar a escola apesar todas as minhas dificuldades e limitações. Quando entrei na faculdade, ela permaneceu todos os dias sentada nos corredores esperando minhas aulas acabar para retornar ao nosso lar, por isso não tenho palavras para expressar tamanha gratidão a minha mãezinha.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus, por ter me auxiliado até este presente momento e ter colocado em meu caminho pessoas dispostas a caminhar de mãos dadas comigo nesta jornada acadêmica. Entre essas pessoas estão os meus queridos professores da faculdade e citarei alguns deles, como exemplo a professora Rafaela Maia Gomes, que foi de fundamental relevância na minha vida acadêmica, não media esforços para estar ao meu lado nos momentos difíceis e das muitas dificuldades que passava em sala de aula, sempre teve paciência e nunca desanimou e com aquele sorriso dizia: vamos Vanilza!

À Professora Dulce Teresinha, coordenadora do curso de Serviço Social a qual também me incentivou a alcançar o meu objetivo que é ser Assistente Social.

À minha orientadora de TCC, professora Dalva Felipe também foi de fundamental importância nessa caminhada rumo à minha formação profissional. Ela teve muita paciência comigo e deu muitos puxões de orelhas nas horas certas, gastou o que não teve comigo por isso devo muito esse trabalho a ela.

Não posso deixar de agradecer também ao meu supervisor de estágio em Serviço Social assistente social Francisco Marcos Gomes da Páscoa, por ter me aceitado como sua estagiária na APAE de Ji-Paraná e ter sido tão companheiro nas minhas dificuldades.

Aproveitando esse momento quero agradecer a instituição APAE por manter as portas sempre abertas para fazer as pesquisas necessárias ao meu TCC. À direção da APAE a qual também fez parte desse trabalho, pois eles contribuíram para minha formação tanto profissional como pessoal. Sou imensamente grata pela paciência e carinho comigo nesses anos todos, pois me viram tão pequena e com as minhas limitações não desistiram de mim.

Agradeço também aos colegas da APAE e os colegas da faculdade que sempre estiveram ao meu lado e a maioria deles já se formaram, mas jamais irei esquecê-los.

Em nome todos aqueles que já se formaram e aqueles que ainda estão na faculdade, existe uma colega que tenho certeza que ela não irá desistir de dar aquela mãozinha nos meus momentos de dificuldades, que é a Mirian Pereira Leho Silva, quando eu mais precisava ela estava disposta e entendia as minhas dificuldades e limitações.

O Núcleo psicopedágico representado pela psicóloga Raquel Camargo Sabaini e psicopedagoga Simone Oliveira Moris, que me auxiliaram na minha trajetória acadêmica. Juntamente com a Simone tenho conseguido produzir as atividades de sala e a Raquel me ajudou no psicológico, ou seja, no modo de pensar sobre as coisas e tem me deixado mais calma.

Outra professora que não posso deixar de agradecer é a Flávia Regina Stur pelas orientações financeiras, haja vista que não tinha noção de quantidade e nem sabia administrar o meu benefício.

Agradeço também à professora Susana que me emprestou livro com o título a Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, pois com este livro consegui produzir bastante coisa dentro do meu tema. Sou eternamente grata a esses profissionais da Universidade.

DEFICIÊNCIAS

Deficiente” é aquele que não consegue modificar a vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade e que vive, sem ter consciência de que é dono de seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e querer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

“Diabético” é quem não consegue ser doce.

“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer.

E finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

“Miseráveis” são todos que não conseguem falar com Deus.

Mario Quintana

RESUMO

Na sociedade contemporânea, face às mudanças operadas no sistema de produção em decorrência do incremento de novas tecnologias tem liberado muito trabalho vivo. Todavia, essa nova configuração tem exigido do trabalhador competências e habilidades que permitam sua permanência no mercado de trabalho. Todavia, quando se refere ao trabalhador (a) com deficiência, tal inserção torna-se mais difícil em decorrência dos fatores sociais, econômico, cultural, os discursos linguísticos utilizados para não contratar é a falta de qualificação profissional. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal, analisar os reatamentos ocorridas no mundo do trabalho e as dificuldades para a inserção de pessoas com deficiência nas empresas. A investigação baseou-se na abordagem qualitativa, de caráter descritivo, bibliográfico e documental, haja vista que pois foram utilizados tanto referenciais teóricos, quanto documentos internos dos apaians de Ji-Paraná/Rondônia. O método de análise dos dados foi o materialismo histórico-dialético uma vez que se se pretendeu compreender a dinâmica do mercado de trabalho e a inserção das pessoas com deficiência na esfera produtiva. Segundo dados de pesquisa verificou-se que os dispositivos legais que apontam para a necessidade da inclusão das pessoas com deficiência tanto nos contextos educacionais quanto laboral não é suficiente para a efetivação desse direito. A classe empresarial contrata-os apenas para cumprir a lei não estabelecendo critérios objetivos ou até mesmo uma estrutura em termos de recursos estruturais e humanos que possam assegurar o acompanhamento e a produtividade da pessoa com deficiência. Vale salientar que a inclusão se reduz a dependência e o indivíduo sente-se valorizado no que mais tem de precioso que é a sua dignidade enquanto sujeito social.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Mercado de Trabalho. Qualificação Profissional.

SUMMARY

In contemporary society, in the face of changes in the production system as a result of the increase of new technologies has released a lot of living work. However, this new configuration has required skills and abilities from workers that allow them to remain in the labor market. However, when referring to the worker with disabilities, such insertion becomes more difficult due to social, economic and cultural factors; the language discourses used to not hire is the lack of professional qualification. Given the above, the present work has as its main objective; to analyze the rebounds occurred in the world of work and the difficulties for the insertion of people with disabilities in companies. The research was based on the qualitative, descriptive, bibliographic and documentary approach, since both theoretical references and internal documents of the Ji-Paraná /Rondônia Apaians were used. The method of data analysis was historical-dialectical materialism since it was intended to understand the dynamics of the labor market and the insertion of people with disabilities in the productive sphere. According to research data, it was found that the legal provisions that point to the need to include people with disabilities in both educational and employment contexts are not sufficient for the realization of this right. The business class hires them only to comply with the law without establishing objective criteria or even a structure in terms of structural and human resources that can ensure the accompaniment and productivity of people with disabilities. It is noteworthy that inclusion reduces dependence and the individual feels valued in the most precious thing about their dignity as a social subject.

Key Words: Disabled Person. Labor Market. Professional Qualification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Belisário, acusado de trair o Império, tem os olhos vazados e pede esmolas, de Jacques Louis David.	24
Figura 2	O deficiente na Idade Média	24
Figura 3	Os aleijados, quadro de Pieter Bruegel The Elder, 1568	25
Figura 4	Um grupo de veteranos de amputados do Vietnã conversam juntos em um hospital em San Francisco, Califórnia, 1967	27
Figura 5	APAE de Ji-Paraná	34
Figura 6	Atividade pedagógica	38
Figura 7	Atividade pedagógica	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária dos apaianos	36
Gráfico 2	Idade dos apaianos inseridos no mercado de trabalho	37
Gráfico 3	Salário	37
Gráfico 4	Tipos de deficiência	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CFE	Conselho Federal de Educação
DI	Deficiência Intelectual
IBC	Instituto Benjamim Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LDB	Leis e Diretrizes e Bases
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com deficiência

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	Error! Bookmark not defined.
2. O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	Error! Bookmark not defined.8
2.1. MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO.....	Error! Bookmark not defined.
2.1.1 Estudo de caso.....	18
2.1.2 A pesquisa documental.....	19
2.1.3 Pesquisa bibliográfica	20
2.2. TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS.....	21
2.2.1. A observação não participante	21
2.3. MÉTODO DE ANÁLISE.....	Error! Bookmark not defined.1
3. REVISÃO DE LITERATURA	Error! Bookmark not defined.5
3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA	25
3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	30
3.3 MERCADO DE TRABALHO	33
4. RESULTADOS DA PESQUISA	Error! Bookmark not defined.7
4.1 A REALIDADE DE JI-PARANÁ	Error! Bookmark not defined.9
6. CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

Quando eu estava na escola regular, tinha o sonho de entrar em uma faculdade e me tornar uma profissional reconhecida no mercado de trabalho. Enfrentei diversos obstáculos, mas nenhum deles me deixou parar, pois eu sempre tive minha mãe e minha família ao lado que me apoiavam em tudo.

Minha mãe foi uma guerreira em minha vida, pois ela não deixava eu desistir por nada, foi com ela que eu consegui terminar o primário, fundamental, ensino médio.

Para entrar na faculdade fiz o vestibular como qualquer outra pessoa e tive dificuldades para me adaptar com tudo. A minha mãe foi também fundamental para eu chegar ao ensino superior. Foi minha mãe que entrou comigo na faculdade e ficava até o final das aulas até eu me acostumar com o corre-corre acadêmico. A coordenadora do curso professora Dulce T. Heineck nos primeiros semestres precisava me conduzir pois eu tinha muitas dificuldades inclusive de adaptação pelos espaços da instituição. As professoras também me auxiliavam, mas não era muito fácil eu precisava de auxílio também de colegas e assim fui caminhando em algumas disciplinas alcançando sucesso outras tendo que repetir no semestre seguinte, mas fui chegando.

Tive ajuda fundamental de alguns profissionais da APAE e da faculdade que tiveram paciência comigo e me ajudavam quando eu mais precisava. As professoras e coordenadora do curso puxaram muito a minha orelha nas horas certas e isso hoje tenho certeza que era para que eu superasse os limites e andasse com minhas próprias pernas e sem isso quem sabe hoje eu não seria o que sou.

Durante o tempo que estive na faculdade também sofri muitos preconceitos, até mesmo de alguns colegas, pois muitos não queriam fazer trabalho comigo e me deixavam de lado. Com o passar dos anos e as professoras lutando pela inclusão, as coisas mudaram, pois, a turma que entrou comigo na faculdade também se formou e então entraram novos colegas e a nova turma me acolheu bem e não tive mais este problema. Acredito que também eu fui mostrando minhas capacidades em vez de esperar que alguém fizesse por mim.

Durante o curso também tive a oportunidade de fazer estágio não curricular em Serviço Social no Mistério Público e com este estágio me desenvolvi bastante, e, portanto, pude perceber que o perfil que as empresas e instituições precisam para

contratar pessoa com deficiência é de pessoas ativas que mesmo que tenham dificuldades não deixem de executar as ações e que todos os momentos desejem superar, questionando, pedindo orientação e não ficando acomodadas ou dependentes. Percebi como as pessoas dentro da instituição olha a funcionária/o especial e admira quando vê esse envolvido e sendo guerreira/o.

Minha mãe e minha família aprenderam a confiar nas minhas capacidades e também até deixar eu fazer uso de uma parte de meu benefício pois nisso também fui orientada pelas professoras e elas também orientaram a minha família a dar um tanto do dinheiro para eu comprar e pagar minhas coisas.

Com essa experiência na faculdade e na instituição Ministério Público vi a realidade que as pessoas com deficiência enfrentam ao entrar para desenvolver uma função com responsabilidade e agora posso contar como é sofrido, mas também como é possível superar se não se tornar vítima e sim enfrentar cada obstáculo e superar.

Em um mundo que se auto intitula como globalizado, o princípio da dignidade da pessoa humana deveria adquirir uma concretude que extrapolasse a órbita da lógica discursiva principalmente quando referirmos a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e no mundo do trabalho.

Antes de se esquadrihar acerca do direito a dignidade, as pessoas com deficiência travaram uma batalha hercúlea para ter o direito de serem consideradas como pessoa e humanas (DICHER; TREVISAM, s.d). O itinerário histórico dessas pessoas foi do sacrifício à piedade. Após uma jornada histórica de avanços e retrocessos, a visão sobre as pessoas com deficiência na contemporaneidade está alicerçada em novo paradigma, haja vista que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi anexado. Dessa forma a Constituição Federal de 1988, inaugura a figura jurídica inédita na legislação brasileira, consolidando-se como primeiro tratado internacional com força de norma constitucional (DICHER; TREVISAM, s.d).

Todavia, quando se refere à inserção das pessoas com deficiência na sociedade e no mundo do trabalho ainda é um desafio haja vista que a crise do capital rebateu de forma incisiva na oferta de emprego na sociedade brasileira, por outro lado a adoção do receituário neoliberal com as suas teses do Estado mínimo implicou na redução de investimentos na área social e na conversão das políticas

sociais em programas sociais. Tal configuração impacta na contratação da força de trabalho das pessoas com deficiência.

Apesar da vigência da Lei nº 12711/2012 - Lei de Cotas e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2005) que estabelece a obrigatoriedade legal da contratação (se a empresa tem entre 100 e 200 empregados, 2% das vagas devem ser garantidas a beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência) nos termos da Lei.

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vive com alguma forma de deficiência, destas quase 93 milhões são crianças. No Brasil, são 45.606.048 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, mental ou intelectual), o equivalente a 23,9% da população geral (BGE,2010).

Apesar da importância e da obrigatoriedade legal, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal ainda é pequena. Apenas 403.255 estão empregados, o que corresponde a menos de 1% das 45 milhões de pessoas com deficiência no país (AGÊNCIA BRASIL).

O objetivo desta pesquisa foi analisar os rebatimentos ocorridos no mundo do trabalho e as dificuldades para a inserção de pessoas com deficiência nas empresas. Para atingi-los elencou-se os seguintes objetivos específicos: a) apontar os pontos do Programa de Educação Profissionalizante para as pessoas com deficiência; b) investigar a função das políticas públicas no processo de inclusão das pessoas com deficiência; c) traçar o perfil dos apaianos de Ji-Paraná que estão inseridos no mercado de trabalho.

O trabalho está estruturado em três capítulos, no qual o primeiro versará sobre os procedimentos metodológicos adotados. Nesta perspectiva optou-se pela abordagem qualitativa (MARTINELLI, 1994), neste sentido buscou-se de acordo com Minayo (2000, p.21) respostas a questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes que envolvem a questão da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Enquanto método de procedimento selecionou-se o Estudo de Caso (YIN, 2010) haja vista que buscou-se investigar os acontecimentos relacionados a um fenômeno e qual o contexto em que ele ocorreu. Recorreu-se ainda à pesquisa documental (PIANA, 2009; PÁDUA, 1997) que se traduziu na consulta de fontes primárias (relatórios) junto a Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ji-Paraná. A análise do material coletado foi sustentada por fontes bibliográficas.

Enquanto o terceiro capítulo trata da revisão de literatura, nesse sentido elegeram-se três categorias de análise: pessoa com deficiência, educação profissionalizante e mercado de trabalho. Tais categorias buscam entender os principais aspectos a respeito da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo assim se fez uma breve incursão histórica acerca do tratamento dispensado a estes sujeitos sociais desde a antiguidade à contemporaneidade. Em relação à educação profissionalizante optou-se por fazer uma análise acerca do discurso da falta de qualificação profissional para manter as pessoas com deficiência fora do mercado de trabalho mesmo tendo dispositivos legais que asseguram esse direito. No que tange a categoria mercado de trabalho se fez uma explanação acerca da morfologia do trabalho em face de reestruturação produtiva, nesse sentido na era do capital fetiche como assevera Iamamoto (2007) a opção por deslocar capital para a esfera financeira deixa de gerar empregos distanciando jovens, idosos e deficientes do mundo do trabalho formal.

O quarto capítulo apresenta os resultados dos dados obtidos na pesquisa de campo serão apresentados em forma de gráficos que foram analisados a luz das teorias e normativas legais. Utilizaram-se ainda figuras como as ilustrações e as fotos que servirão para corroborar as nossas análises.

No quinto abordam-se as conclusões, nesse sentido observa-se que desde a antiguidade as pessoas com deficiência são vítimas de preconceito, eram excluídas do convívio social e até mesmo sofriam rejeição da própria família. A sociedade ao longo da história sofreu transformações e devido a luta pelos direitos as pessoas com deficiência foi aprovada a Lei Lei nº 8.213, de julho de 1991, também conhecida como Lei de Cotas, que obriga o preenchimento de 2% a 5% das vagas do quadro de funcionários com reabilitados ou com deficiência. Todavia, apesar dos dispositivos legais, a classe empresarial contrata-os apenas para cumprir a lei não estabelecendo critérios objetivos que possam assegurar o acompanhamento e a produtividade da pessoa com deficiência .

2. O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Para Minayo (1993, p. 23) a pesquisa é “[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. O conhecimento sempre esteve presente na história da humanidade, porém nem sempre sua produção seguiu as exigências do caráter científico. O conhecimento como fruto da pesquisa científica é considerado hoje o mais eficaz, confiável e próximo da realidade, o mais “verdadeiro”. Daí o *status* atribuído à ciência e aos cientistas.

A metodologia não é um imperativo que se aplica a todo real indistintamente. Quem indica a metodologia adequada a um determinado projeto de pesquisa, é o real. O real se manifesta das mais variadas formas, e cada uma delas permite se apreendida diferentemente. Como a maior parte das características do real ainda está para ser conhecida, é provável que tenhamos que desenvolver, cada vez mais, novos métodos para avançarmos na inquirição dos objetos de estudo.

O saber popular é repassado por meio da tradição: a tradição lega saber que parece útil a todos e que se julga adequado conhecer para conduzir a sua vida. [...] saber mantido por tradição, presumivelmente verdadeiro hoje, pois o era no passado. Segundo Galliano (2008, p.32) o “método científico é um instrumento utilizado pela Ciência na sondagem da realidade, mas um instrumento formado por um conjunto de procedimentos, mediante os quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas são examinadas”.

2.1 MÉTODO DE PROCEDIMENTO

2.1.1 Estudo de caso

O estudo de caso há muito tempo foi (e continua a ser) estereotipado como o parente pobre entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que realizam estudos de caso são vistos como se tivessem rebaixado o nível de suas disciplinas acadêmicas. Os estudos de caso também têm sido denegridos, como se tivessem precisão (ou seja, quantificação), objetividade e rigor insuficiente.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por quê”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Seu objetivo é projetar bons estudos de caso e coletar, apresentar e analisar os dados de forma imparcial.

Neste sentido, como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. O estudo de caso permite uma investigação para se preserve as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos (YIN, 1999).

2.1.2 A pesquisa documental

Em relação aos procedimentos técnicos optou-se pela pesquisa documental em função da riqueza de informações que os documentos, as fichas, os prontuários e relatórios da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) contém, e que por sua natureza possuem credibilidade, porém ainda não tiveram o tratamento analítico (GIL, 1999). Desta forma, o documento

[...] escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS, 1996, p. 57).

Utilizando essas três variáveis – fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas – podemos apresentar um quadro que auxilia a compreensão do universo da pesquisa documental. É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias. Existem registros, porém, em que a característica “primária” ou “secundária” não é tão

evidente, o mesmo ocorrendo com algumas fontes não escritas. Daí nossa tentativa de estabelecer uma diferenciação (LAKATOS, 1996, p. 59).

O desenrolar da pesquisa documental acontece na medida em que o pesquisador avança na busca de dados e reflete sobre eles averiguando a necessidade de ampliar as informações.

Ela pode ser aspecto dominante em trabalhos que visam mostrar a situação atual de assunto determinado ou tentam traçar, a evolução histórica de um problema. É importante também para se conhecer os tipos de investigação já realizados, os instrumentos adotados, os pressupostos teóricos assumidos, as posições dos pesquisadores, os aspectos já explorados e os sistemas de explicação que foram construídos (CHIZZOTTI, 2000, p.18).

Os documentos escritos foram imprescindíveis na reconstituição da trajetória dos apaianos no mercado de trabalho, ou seja, nos possibilitou acrescentar a temporalidade histórica para a compreensão do social (CELLARD, 2008) que a investigação suscitou .

Se tratando ainda da pesquisa documental, percebe-se que há dados que são obtidos de maneira indireta, tomando corpo em forma de documentários, livros, jornais, registrados em imagens, fotos, vídeos, informações obtidas ambas de maneira indireta. Gil (2008), aponta que essas fontes são capazes de auxiliar o pesquisador a economizar tempo evitando constrangimento ao procurar diretamente pessoa para obtenção de dados, que podem ser encontrados na forma de documentos.

2.1.3 Pesquisa bibliográfica

Para a pesquisa utilizou-se de consultas bibliográficas, para aferir os conteúdos principalmente em livros e artigos científicos. Gil (2008, p.50) afirma que,

a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço .

Recorrer à bibliografia é indispensável nos estudos históricos, Gil (2008, p. 50) afirma que “não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”. Mesmo assim é preciso uma análise profunda do conteúdo pesquisado para que não passemos adiante algo que traz e seu contexto

divergência, incoerência ou contradições. É imprescindível a utilização de várias fontes bibliográficas e conteúdo para averiguar a concretização do enunciado.

A pesquisa bibliográfica é essencial desde o início da proposta até à análise dos dados captados.

2.2 TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

2.2.1 A observação não participante

As técnicas são procedimentos fundamentais na construção de hipóteses e na coleta de dados. O estabelecimento assistemático de relações entre os fatos no dia-a-dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência. Alguns estudos valem-se exclusivamente de hipóteses desta origem. Todavia, por si sós, essas hipóteses têm poucas probabilidades de conduzir a um conhecimento suficientemente geral e explicativo.

Para Triviños (1987, p.153), a observação exige uma atenção do observador, que vai além de contemplar a realidade em questão, assim, para este autor “observar, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais, etc.) algo especificamente, prestando por exemplo atenção em suas características (cor, tamanho, etc.).

Na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integra-se a ela: permanece de fora. Não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático. “Alguns autores dão a designação de observação passiva, sendo o pesquisador apenas um elemento a mais” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 82).

2.3 MÉTODO DE ANÁLISE

A análise dos dados feita pelo método dialético permite perceber não apenas o momento da pesquisa, mas sua historicidade, levando em consideração as determinações sociais em que o indivíduo está inserido. Proporciona a análise desses sujeitos em relação à instituição, seus entraves e possibilidades.

Para Gil (2008) “[...] o conceito de dialética é bastante antigo”, enquanto Platão utilizou para a arte do diálogo, na Antiguidade e na Idade média o termo significava lógica, onde se fundamenta na concepção de Hegel, nas quais as contradições se transcendem e passam a requerer soluções. Ele é adotado para a interpretação da realidade, através dos aspectos contraditórios, onde a qualidade e a quantidade estão presentes no processo de transformação. Essa transformação é o resultado, e é preciso analisar de forma que a negação desse resultado conduza a um desenvolvimento e não a um retorno do antigo. Para Gil (2008, p.14)

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerado isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma.

Para analisar a realidade social na perspectiva dialética é necessário que se faça uma análise crítica mais ampla, levando em consideração sua formação econômica e social, ultrapassando a mera somatização de situações e acontecimentos, tecendo uma reflexão crítica. Esse pensamento concreto nascerá da práxis e voltar-se-á à ela, para isso, afirma Dias (1982, p.69-70) “[...] a realidade é concreta, histórica, construída cotidianamente pelos homens em suas relações sociais de produção”. Isso na visão dialética materialista, envolvendo “os atos, as paixões, o trabalho e a carência tanto quanto as categorias econômicas .

Analisando o agente ou acontecimento no conjunto histórico não podemos generalizar o indivíduo, visualizando-o como um todo, relacionando sua história particular com a coletividade, considerando os vários aspectos estruturais, como os familiares, estudo, emprego, relação com o Estado, etc. Idealizar, então, a construção social da realidade sem o conhecimento das relações sociais de produção e dos homens nelas articulados equivale desde logo a se falar de uma realidade imaginária, inexistente. Fazendo ponte da realidade concreta, Dias parafraseando Marx afirma que a realidade construída pelos homens, é mutável, vive de turbulência, caracterizada por uma série de sínteses parciais, geradoras de novas sínteses. Assim ela é conflitante, repleta de contradições tanto individual quanto coletivamente.

Os seres humanos existem dentro do contexto mais amplo do modo de produção, situando-se aí como seres históricos sociais. Ocupam forçosamente posições sociais diversas, prenhes de contradições em seu

cotidiano, contradições de fato, que se dão no interior de todas as estruturas com as quais lidam diariamente (DIAS, 1982, p. 71).

Assim a dialética nutre das questões sociais do homem com uma síntese contraditória de suas determinações biológicas psíquicas, familiar e social, e enquanto análise da sociedade apreende com uma síntese contraditória de determinações econômicas, políticas, sociais, históricas, etc.

É no confronto com as próprias contradições presentes no cotidiano que o ser social vai se construindo. Todos os seres são produtos desta relação dialética, homem e sociedade, que ao ser inserido em uma sociedade de classe, tem consciência de sua participação, pois sofrem influências no decorrer da vida. Esta inserção é percebida pela contradição. Em relação aos termos contrários e contraditórios, Demo (1995,p.98) esclarece que,

[...] é preciso distinguir entre contrário e contraditório, por mais que embaralhem os dois na prática discursiva. Termos contraditórios não são dialéticos, porque apenas se excluem, [...] não forma um todo dinâmico [...]. termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades histórica.

Demo (1995,p.83) considera “[...] a dialética [como] a metodologia mais conveniente para a realidade social” indica que ao tomarmos como postura metodológica específica para esta realidade no sentido de que não se aplica à realidade natural, porque esta é destituída do fenômeno histórico subjetivo.

É imprescindível esclarecer que não existe uma única dialética, como se fosse todos iguais, “este fenômeno seria muito pouco dialético”, Demo (1995, p.88). O estereótipo mais coerente da dialética, talvez fosse sua relação com os processos históricos de mudança, porém nem sempre é real, devido à especulação sem a prática coerente, assim ocorre freqüente banalização da dialética. “Todavia, é correto o horizonte da historicidade, que é o lócus próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico” (DEMO, 1995, p.85).

Assim a dialética é geralmente a mais apropriada sob a metodologia alternativa, porém não é necessariamente marxista ou antimarxista, a começar pela verificação inevitável de que não existe um marxismo único, dotado de um único materialismo dialético, mesmo sendo conveniente à captação das transformações historicamente construídas, não é a única possibilidade de tratá-las.

Na dialética, com o conceito de antítese, a realidade social gera por si, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação, alimentando-se do conflito social. Levando em consideração as condições objetivas e subjetivas.

Em relação a teoria e prática, uma das marcas centralizadoras da dialética é reconhecer a essência da exercício histórico, ao lado teoria, não aceitando a disjunção entre estudar e enfrentar problemas sociais.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Falar sobre deficiência não é tão simples, uma vez que cada indivíduo atribui uma concepção diferente acerca dessa problemática. Ultimamente, esse tema tem se tornado foco de inúmeros estudos, haja vista que é uma questão que envolve toda a sociedade nos seus mais variados segmentos, políticos, sociais ou educacionais.

Para falar em deficiência torna-se relevante realizar um breve incursão histórica para expor os fenômenos relacionados a esta temática. Já que essa circunstância mostram as lutas, as conquistas, as relações entre comunidades no decorrer do tempo.

Na antiguidade, as crianças com deficiência, seja ela qual fosse, eram percebidas pela sociedade com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses e enfeitadas. Por essas razões eram abandonadas e impossibilitada da existência ideia compartilhada pela sociedade e pelos pensadores da época como Platão e Aristóteles (GUGEL, 2007; SILVA, 1986) por isso defendiam a eliminação da criança com deficiência (BAYER, 2005).

Na cidade-estado espartana, os meninos a partir dos sete eram retirados do seio familiar e encaminhados para escolas-ginásios onde recebiam, até aos dezesseis anos, uma educação de tipo militar. Devido a isso havia uma exigência de pessoas saudáveis, capazes de defender, aqueles que tivessem algum tipo de deficiência não estariam aptos para o exercício da guerra.

Ao nascer, os bebês eram levados a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade para definir se a mesma deveriam continuar vivas ou deveriam morrer.

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere, Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (SILVA, 1986, p. 122).

Segundo as leis romanas, àquela época, a morte intencional de crianças com menos de três anos de idade era proibido, salvo nos casos em que a criança tivesse nascido com alguma mutilação ou ser considerada monstruosa. Nestes casos, a lei previa a morte ao nascer (SILVA, 1986). Na Roma antiga, as leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. “Aos pais era permitido matar as crianças [...] com deficiência física pela prática do afogamento” (GUGEL, 2007).



Figura 1 : Belisário, acusado de trair o Império, tem os olhos vazados e pede esmolas, de Jacques Louis David.

Fonte: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php

Na Idade Média, acreditava-se que os males resultavam de maldições, feitiços e bruxarias, atuação de maus espíritos, do próprio demônio, ou sinais da ira celeste, “castigos de Deus” (PEREIRA e SARAIVA, 2017). A prática de sacrificar as crianças que nasciam com membros disformes acabou por regressar e as poucas crianças que logravam sobreviver cresciam separadas das demais e eram ridicularizadas ou desprezadas (PEREIRA, 2016).



Figura 2: O deficiente na Idade Média

Fonte: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/6143007>

O Renascimento (século XV e XVII) foi marcado pelas descobertas da Medicina, pela filosofia humanista e pelos primeiros direitos dos homens perante a sociedade. Os problemas da pobreza agravados pela expansão comercial e da

crescente urbanização das cidades face ao colapso do modo de produção feudal os deficientes continuaram sendo marginalizados apesar do discurso que tinha o propósito de “livrar” o homem da ignorância e da superstição. No entanto, este movimento não conseguiu romper com os preconceitos contra as pessoas com deficiências físicas; as crianças com retardo mental profundo ainda eram consideradas, em certos meios, como não humanas, possuídas por maus espíritos, influenciadas por bruxas, fadas maldosas e duendes demoníacos (SILVA, 1987; PEREIRA e SARAIVA, 2017). Mesmo intelectuais como “[...] Martinho Lutero defendia a tese de que pessoas com deficiência mental eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificadas” (SILVA, 1987, p. 230).

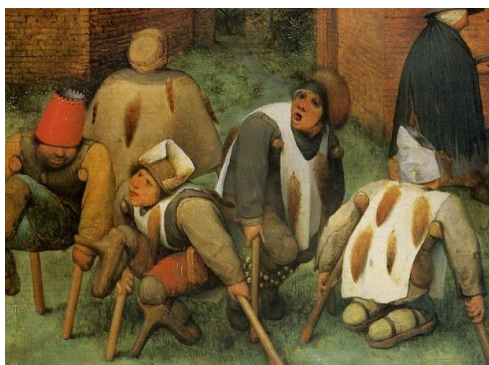


Figura 3. Os aleijados, quadro de Pieter Bruegel The Elder, 1568.
Fonte: <http://medicinelart.blogspot.com/2010/10/os-aleijados-pieter-bruegel.html>

Esta fase foi denominada por Sassaki (1997) como o período da “exclusão social”. Na vigência desta forma de ver a pessoa com deficiência derivava da necessidade de padronizar a sociedade, desta forma estes sujeitos sociais eram distantes dos padrões de “normalidade” pré-estabelecidos pela sociedade, era considerado doente inútil incapaz para o trabalho, razão pela qual era totalmente excluído da vida em sociedade.

Na Inglaterra, durante os séculos XVI e XVII, face a deterioração das condições de vida das populações mais pobres, dos enfermos e dos deficientes em geral, levou o rei Henrique VIII a promulgar a "Lei dos Pobres", pela qual todos os súditos eram obrigados a pagar o que foi chamado de "taxa da caridade", para dar continuidade à criação de entidades hospitalares ou organizações destinadas ao atendimento de pessoas com problemas crônicos ou gravemente incapacitadas para a vida independente (SILVA, 1987), esta Lei autorizava a essas pessoas pedirem esmolas. Segundo Alves (2016, p.53),

a Lei dos Pobres era um conjunto de regras assistenciais que visava fornecer auxílio aos mais necessitados. [...] tinham por objetivo principal prestar assistência social para aqueles indivíduos que comprovadamente não possuíam condições de sustentar a si próprios e nem parentes e amigos a quem pudessem recorrer. O principal critério eletivo para o recebimento de tais auxílios era a pobreza extrema e, para recebê-los, seus beneficiários deveriam prestar serviços obrigatórios em instituições de caridade. Com forte caráter estigmatizante, ambas as leis ficaram sobre a administração das igrejas e das instituições de caridade que vasculhavam e vigiavam a vida de seus beneficiários como uma forma de garantir que os mesmos se adequassem às normas e aos padrões do mundo burguês. Alcoólatras, prostitutas e mendigos estavam fora dessa assistência, pois seu estilo de vida era considerado imoral e pouco dado ao trabalho, o que os qualificava como indivíduos preguiçosos e indignos da providência pública.

Esta fase de acolhimento das pessoas com deficiência foi denominada de inclusão social (SASSAKI, 1997). Essa nova prática, há uma pequena evolução: as pessoas portadoras de deficiência não são mais exterminadas, porem são confinadas em instituições sociais sem nenhum contato com a sociedade. “A idéia era de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade” (SASSAKI, 1997, p.31).

Apartir do século XIX a sociedade começa a reconhecer a sua responsabilidade para com as pessoas com deficiências, principalmente no que tange a medidas de assistência e proteção voltadas para os grupos minoritários e marginalizados. “Desde 1861, os Estados Unidos já haviam criado medidas para garantir moradia e alimentação aos marinheiros e fuzileiros navais que adquiriam limitações físicas. Depois da Guerra Civil norte-americana, foi construído, na Filadélfia, em 1867, o Lar Nacional para soldados voluntários deficientes”. (SILVA, 1987, p. 237).

Todavia, tais avanços sofre um descenso em função da ascensão do regime totalitarista da Alemanha nazista, que recorreu ao programa de Eugénismo denominado “vida que não merecia ser vivido”, cujo alvo foi pessoas com deficiências físicas, mentais, doentes incuráveis ou com idade avançada, resultando no assassinato de 275.000 pessoas (ROBERT, 1988, p. 191; RYAN; SHUCHMAN, 2002, p. 62 apud PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Após a Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e qualidade do tratamento da população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência. A partir deste contexto, programas e políticas assistenciais passaram a

ser propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, em particular as vítimas e mutilados de guerra (COSTA, 2008).

Na década de 1960, em decorrência das batalhas militares travadas entre os Estados Unidos e o Vietnã (**Guerra do Vietnã 1955 – 1975**) aumentou significativamente o número de pessoas com deficiência no país. Esta guerra em específico fez com que surgissem muitas manifestações sociais por parte da população norte-americana em defesa das minorias – sobretudo os afetados diretamente pela guerra.



Figura 4: Um grupo de veteranos de amputados do Vietnã conversam juntos em um hospital em San Francisco, Califórnia, 1967.
Disponível em: <https://www.history.com/news/vietnam-war-veterans-treatment>

A partir do desenvolvimento das leis do trabalho, surge uma maior preocupação e interesse quanto aos direitos das pessoas com deficiência, sendo aprovada pela ONU, em 09 de dezembro de 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, garantindo-lhes os direitos inerentes à igualdade humana (art. 3º).

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto

possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES , 1975, p.2).

Em 1981 foi proclamado pelas Nações Unidas o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. (COSTA, 2008, p. 25; FIGUEIRA, 2008, p. 117). No ano seguinte a ONU aprovou o programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (Resolução nº 37/52), que tem como postulado básico a igualdade de oportunidades, garantindo a todos os deficientes o acesso ao sistema geral da sociedade – meio físico e cultural, habitação, transporte, serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, e, inclusive, instalações esportivas e de lazer. Corroborando os avanços na legislação, a ONU, instituiu em 1992, o 3 de Dezembro como o Dia do Deficiente. No dia 10 de junho de 1994, na Espanha, foi adotada em Assembleia Geral a resolução das Nações Unidas a qual apresenta os Procedimentos-Padrões para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência dando destaque à preocupação com a educação especial para pessoas portadoras de deficiência. Trata-se da “Declaração de Salamanca”, considerada mundialmente como um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social (COSTA, 2008, p. 26).

3.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

A falta de qualificação profissional tem sido uma das justificativas para manter as pessoas com deficiência fora do mercado de trabalho. Para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho as instituições governamentais e não governamentais estão se envolvendo em programas de educação especial e profissional. Esses programas visam com o tempo propiciar autonomia para os deficientes.

Nos últimos anos, o direito das pessoas com deficiência com iguais oportunidades de trabalho vem sendo reconhecido. Tal reconhecimento deve - se principalmente, a adoção pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1983, da Convenção 159 e da Recomendação 168¹, as quais tratam da reabilitação profissional e do emprego de pessoas deficientes.

¹ Recomendação 168 (20/06/83) - suplementa a convenção relativa à reabilitação profissional e emprego de 1983 e a Recomendação relativa à reabilitação profissional de 1955 - prevê a participação comunitária no processo, a

Convenção 159 da OIT (20/06/83) - promulgada pelo Decreto 129 de 22.05.91 - trata da política de readaptação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência. Essa política é baseada no princípio de igualdade de oportunidade entre os trabalhadores portadores de deficiência e os trabalhadores em geral. Medidas especiais positivas que visem garantir essa igualdade de oportunidades não serão consideradas discriminatórias com relação aos trabalhadores em geral.

Todavia, tal percurso já tinha sido traçado em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos sancionada pela Assembléia Geral das Nações Unidas fixava o direito ao trabalho a todos os cidadãos como está expresso no seu artigo (23, inciso a), esse texto afirma que: "Toda pessoa tem direito ao trabalho, a livre escolha de seu trabalho , a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e a proteção contra o desemprego".

No entanto, sabe-se que a pessoa com deficiência tem ficado a mercê da caridade ou tem exercido funções repetitivas em ambientes protegidos e terapêuticos. Para Tomasini (1995, p.56).

[...] a qualificação para o trabalho de pessoas deficientes tem dado privilégio, em sua práxis, ao trabalho manual em detrimento do trabalho intelectual, pois submete à pessoa deficiente a forma mecânica de produção, visando exclusivamente a aquisição de competências manuais para a execução de tarefas simplificadas. Reduzindo assim, o seu preparo tão somente ao "fazer mecânico", deixa de mobilizar mecanismos de apropriação da riqueza do mundo social, e do desenvolvimento de competência política.

Segundo Miranda (2001) o desafio da integração da pessoa portadora de deficiência na comunidade requer a adoção de mecanismos que propiciem a igualdade de oportunidades e a preparação para a vida. Esse desafio passa pelo desenvolvimento de programas que possibilitem a inserção dessas pessoas no processo produtivo. As ações de educação profissional devem contemplar medidas de adaptação dos trabalhadores portadores de deficiência. A grande maioria dos projetos que promovem a qualificação da pessoa com deficiência não tem êxito por estar distanciado das necessidades do mercado de trabalho ou dos novos processos de transformação do sistema produtivo. Muitos ainda são dominados por um viés assistencialista que busca proteger essas pessoas em lugar de estimular sua autonomia e integração ao mercado de trabalho.

Uma das primeiras iniciativas para a profissionalização do deficiente, no Brasil foi a organização de oficinas pedagógicas, uma das modalidades adotadas pela educação especial para a preparação do deficiente para o mundo do trabalho. Um desdobramento das oficinas pedagógicas surgiu com as oficinas de trabalho protegido, destinadas aqueles, que, por força das limitações impostas pelo grau de deficiência, não tem condições de ingressar no mercado competitivo, ou desenvolver atividades profissionais de forma autônoma (MIRANDA, 2001, p.99- 123).

A busca por uma educação voltada para pessoas com deficiência tem uma historicidade no Brasil, o atendimento as pessoas com deficiência teve início a época do império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cego em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudo em 1857, atual instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) , ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é criado o instituto Pestalozzi (1926), instituição particular especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

A partir dessas instituições começa – se a ter uma visão de direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentada no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos.

O Conselho Federal de Educação(CFE) se manifesta sobre a inclusão das pessoas com deficiência , através do Parecer n. ° 848/72, evidenciando as seguintes prioridades para a Educação Especial:

o desenvolvimento de técnicas a serem empregadas nas várias formas de excepcionalidades; o preparo e o aperfeiçoamento de pessoal; a instalação e a melhoria de escolas ou seções escolares especializadas nos diversos sistemas de ensino (FERREIRA, 1994, p.37).

As ações voltadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência fundamentam-se nas disposições de Leis e Diretrizes e Bases na educação Nacional nº 4.024/61, que apontava os direitos dos “excepcionais “a educação, preferencial dentro do sistema geral do ensino. Em 1970 foi criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerencia de Educação

Especial no Brasil, que sobre a égide do discurso integracionista², impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e as pessoas com superdotação.

As iniciativas para trabalhar com as pessoas com deficiência foram marcadas por uma concepção assistencialista por isso não efetivaram políticas públicas de acesso universal a educação e promoção de autonomia e independência. “As chamadas políticas especiais constituíram uma hierarquia de pertencimento, onde os alunos com deficiência eram pensados como meros receptores de ações isoladas do Estado”.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692/71, ao referir-se a “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrarem em atrasos considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados”, reforçou a organização da Educação especial de uma forma paralela a Educação comum e gerando entendimento de que os alunos “atrasados” em relação a idade/serie eram deficientes mentais treináveis.

A educação das pessoas deficientes se organizou ao longo da história como atendimento especializado substitutivo ao atendimento comum evidenciando diferentes compreensões. Uma nova visão pode ser construída a partir do momento em que houver a socialização de informações, a ampliação do conhecimento sobre os direitos e interesses em jogo; a transparência no acesso às regras que permitam o acompanhamento das decisões que afetam a coletividade; a ampliação dos fóruns de debate e participação. A vinculação a um projeto social que propõe a construção de uma nova ordem para a população, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero, a defesa dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e aos preconceitos.

3.3 MERCADO DE TRABALHO

O trabalho é uma atividade que o homem realiza para sua sobrevivência. Cada passagem histórica na sociedade traz modificações tanto ao homem quanto a natureza “[...] o homem para satisfazer suas necessidades, cria uma realidade

² O Centro Nacional de Educação Especial - CENESP define a *integração* como um dos princípios básicos da Educação Especial. Atualmente, a própria Constituição Federal - 1988 garante, como direito do cidadão deficiente, a educação especializada "preferencialmente na rede regular de ensino".

humana, o que significa a transformação tanto da natureza quanto do próprio homem” (DUARTE, 2008, p. 31). Através dessas necessidades que o homem sente para satisfazer seus desejos ele apropria da natureza, essa apropriação traz uma modificação que vai sendo realizada de passo a passo conforme a sociedade exige da produção do trabalho.

É na vida em sociedade que ocorre a produção. A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida de produção os homens estabelecem determinados vínculos e relação mútua, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo do nível de desenvolvimento dos meios de produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 35).

No modo de produção capitalista o trabalho adquire feições de mercadoria, mas para isto se concretizar foi necessário a separação do trabalhador e meio de produção como analisa Marx (2004, p. 14),

a essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre o produtor e meio de produção. Esta separação torna-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu; mas, como esta separação constituída a sua base, ele não poderia estabelecer sem ela. Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados dos meios de produção aos produtores, que os empregavam para realizar seu próprio trabalho; que esses meios de produção se encontrassem já nas mãos dos produtores comerciantes, e que estes os para especular sobre o trabalho dos outros.

O trabalhador para sua sobrevivência nada tinha a não ser a venda da força de trabalho. Com essas condições postas, o mesmo viu-se obrigado a migrar para as cidades, reduto das indústrias, entretanto, esse deslocamento em massa de uma forma contribuiu para a formação do exército de reserva de mão de obra tão necessária para o capital como assevera Marx (2004, p.52) “[...] desde que o modo de produção capitalista adquiriu certo desenvolvimento, o seu mecanismo passou a quebrar toda a resistência; a presença constante de um relativo excesso de população mantém a lei da oferta e da procura”.

O trabalho não acontece isolado na sociedade, ele está vinculado ao homem e a natureza. Conforme vai surgindo a necessidade o homem se adequa ao meio para dar respostas as elas, as suas necessidades, é das exigências das transformações que surge as modificações.

O trabalho em função da reestruturação produtiva e o incremento de novas tecnologias na atualidade estão ampliando a sua margem de lucro com a extração do trabalho daqueles trabalhadores que ainda estão inseridos na esfera produtiva. Segundo Antunes (2011) no final do século XIX, nos países de capitalismo avançado o modo de produção mudou suas formas de realizar-se. A partir desta época a tecnologia foi implantada na produção com o objetivo de acumular o capital e eliminar o trabalho vivo. Esse contingente de desempregados do setor formal continua a contribuir para o processo de acumulação de capital, uma vez que autônomos, terceirizados, precários fazem seus “bicos” e consomem mercadorias, todavia esses trabalhadores veem seus “direitos e conquistas históricas [...] [eliminadas] no mundo da produção” (ANTUNES, 2011, p. 24).

Vale ressaltar que tais mudanças não se operam sem o apoio do Estado, ou seja, para que o processo de acumulação do capital se concretizasse era imprescindível à formação de uma aliança orgânica entre o Estado e o Capital como ressaltou Marx (1994). Entretanto em função das mudanças estruturais do modo de produção capitalista o Estado também vai se redefinindo, em outros termos,

O Estado age diferentemente, de acordo com cada conjuntura específica cada problema específico, mas no quadro do desenvolvimento de força produtiva e de relação de força, entre o grupo popular e o do poder. Cuida sempre de ter a forma mercantil da economia em seu conjunto, a acumulação do capital e a sua legitimidade política junto à população (FALEIROS, 2008, p. 56).

Tal legitimidade se configura como uma forma de obter o consenso junto as classes trabalhadoras e ao mesmo tempo assegurar a acumulação de capital para a burguesia. Para a classe trabalhadora ele age com várias formas, ou seja, o Estado se opõe para atender alguns interesses, não visa uma política que atende a todos, como forma de semear a desigualdade e gerar conflitos, deixa meios para continuar produzindo, pois a permanência das necessidades na classe trabalhadora é que fortalece a produção capitalista.

Diante do exposto, percebe que o trabalho é essencial para afiançar a cidadania e o sentimento de pertencimento de qualquer sujeito social (SANTOS; NETO; REZENDE, 2013). Para a pessoa com deficiência o ato de trabalhar, de tornar produtivo concorre para a edificação da identidade social e de reconhecimento de sua capacidade de deixar a sua marca na sociedade. Logo, “o acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um critério importante

do processo de inclusão social por proporcionar condições para a satisfação das necessidades básicas, promoção da valorização de si mesmos e o desenvolvimento de suas personalidades” (ARAÚJO; SCHMIDT, 2006 apud QUINDIM; LAGO, 2012, p.24).

4 A RESULTADOS DA PESQUISA

O século XX foi marcado pela incremento das novas tecnologias de informação e a microeletrônica, possibilitando enorme expansão e a aceleração das atividades das transnacionais (ANTUNES; ALVES, 2004; ANTUNES,2005). Não se pode deixar de mencionar que tais tecnologias rebateram em todas as esferas da vida humana, inclusive no mundo do trabalho e os meios para sua realização. A partir das décadas de 1970 e 1980 tais transformações foram essenciais para as relações de trabalho e de produção do capital, o que acarretou em uma crise do trabalho ou da sociedade do trabalho como destaca Antunes (2005).

O trabalho apesar da crise, ainda ocupa papel primordial em nossa sociedade, uma que os mesmos servem a sociedade produtora de mercadorias. Todavia, na era do capital o espaço produtivo optou pela redução do trabalho vivo e a intensificação do trabalho morto, situação essa que despontecializa a classe trabalhadora. Tal processo é marcado pelo aumento do trabalho precarizado, ou seja, a flexibilização das relações contratuais de trabalho sinaliza para um jogo de forças antagônicas e desiguais que expressa na contradição entre trabalho e capital.

No que tange ao acesso ao mercado de trabalho brasileiro das pessoas com deficiência é garantido através da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Em seu art.93, a Lei define que as empresas com mais de 100 funcionários devem ter de 2% a 5% de seus cargos preenchidos com pessoas com deficiências ou reabilitadas na seguinte proporção: de 100 a 200 devem ter 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000, 4%; de 1001 em diante 5%. Já a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , o § 2º do artigo 5º decreta que devem ser reservadas até 20% das vagas em concursos públicos. Essas Leis objetivam reduzir as desvantagens que os sistemas socioeconômicos que sofrem essa população.

Um ponto que as empresas alegam é que esta população não tem qualificação profissional (BORDIGNON, s.d; RODRIGUES, 2011). Tal argumento por si volatiliza no ar, pois a própria lógica do capital consiste na restrição de oportunidades de trabalho (capital fetiche) como aporte fundamental para a formação do exército de reserva de mão de obra (NETO,1998) logo tal fenômeno acomete parcelas significativas da população com ou sem deficiência no mercado de trabalho formal .Para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho as instituições governamentais e não governamentais estão se

envolvendo em programas de educação especial e profissional. Esses programas visavam com o tempo propiciar autonomia para os deficientes.

Nos últimos anos, o direito das pessoas com deficiência as oportunidades de trabalho vem sendo reconhecido. Tal reconhecimento deve - se principalmente, a adoção pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1983, da Convenção 159 e da Recomendação 168 (Prevê a participação comunitária no processo, a reabilitação profissional em áreas rurais, contribuições de empregadores e trabalhadores e dos próprios deficientes na formulação de políticas especiais), as quais tratam da reabilitação profissional e do emprego de pessoas com deficiência.

Todavia, tal percurso já tinha sido traçado em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos sancionada pela Assembléia Geral das Nações Unidas fixava o direito ao trabalho a todos os cidadãos como está expresso no seu artigo (23, inciso a), esse texto afirma que: "Toda pessoa tem direito ao trabalho, a livre escolha de seu trabalho , a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e a proteção contra o desemprego".

No entanto, sabe-se que a pessoa com deficiência tem ficado a mercê da caridade ou tem exercido funções repetitivas em ambientes protegidos e terapêuticos (TOMASINI ,1995). Segundo Miranda (2001) o desafio da integração na comunidade requer a adoção de mecanismos que propiciem a igualdade de oportunidades e a preparação para a vida. Esse desafio passa pelo desenvolvimento de programas que possibilitem a inserção dessas pessoas no processo produtivo.

Uma das primeiras iniciativas para a profissionalização do deficiente, no Brasil foi a organização de oficinas pedagógicas, uma das modalidades adotadas pela educação especial para a preparação do deficiente para o mundo do trabalho.

Um desdobramento das oficinas pedagógicas surgiu com as oficinas de trabalho protegido, destinadas aqueles, que, por força das limitações impostas pelo grau de deficiência, não tem condições de ingressar no mercado competitivo, ou desenvolver atividades profissionais de forma autônoma (MIRANDA, 2001, p.99-123).

4.1 A REALIDADE DE JI-PARANÁ

Em relação à realidade de Ji-Paraná/RO no que tange a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tomou-se como realidade empírica a APAE de Ji-Paraná.



Figura 5. APAE de Ji-Paraná
Disponível em: <https://www.google.com/maps/uv?hl=pt->

Ao todo na instituição estão matriculados duzentos e sessenta pessoas com deficiência desse total, setenta e sete situa-se na faixa etária entre um a doze anos, e o maior percentual são de jovens na faixa etária entre treze a trinta anos que perfaz o total de cento e dezesseis pessoas. E sessenta e sete são adultos (com mais de trinta anos)

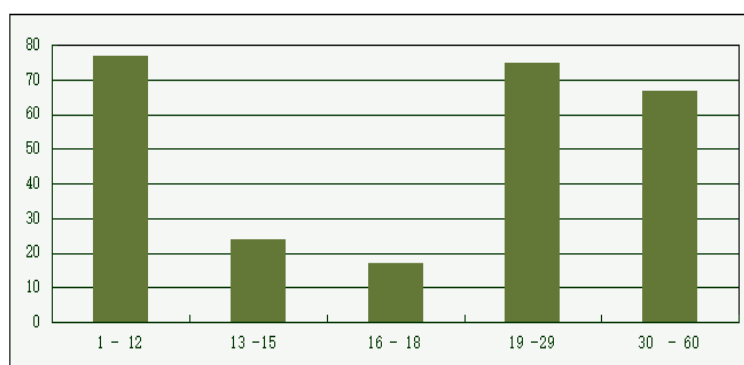


Gráfico 1 - Faixa etária dos apaianos
Fonte: Relatórios da APAE Elaboração: V.S.AGUIAR

Em relação aos apaianos inseridos no mercado de trabalho observa-se que a predominância está entre as pessoas com mais de trinta anos que estão vivenciando as experiências de trabalho pela primeira vez. Logo, percebe-se que o acesso ao mercado de trabalho é ainda difícil para as pessoas com deficiências, o que faz com que as oportunidades de emprego apareçam mais tardiamente quando comparadas à população geral (RODRIGUES, 2011). Mesmo depois de conseguir emprego, o

trabalho designado às pessoas com deficiências é geralmente em áreas e funções que requerem pouca qualificação, visto que são atividades manuais,

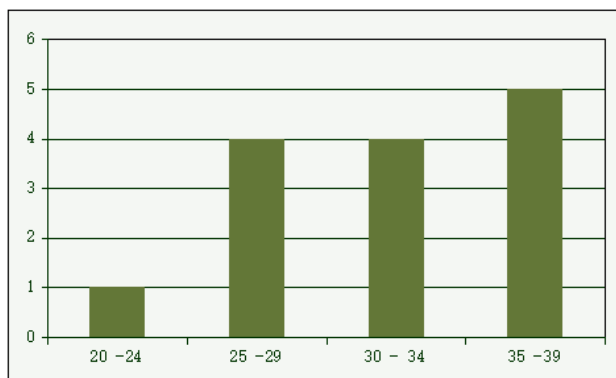


Gráfico 2 - Idade dos apiaidos inseridos no mercado de trabalho
Fonte: Relatórios da APAE Elaboração: V.S.AGUIAR

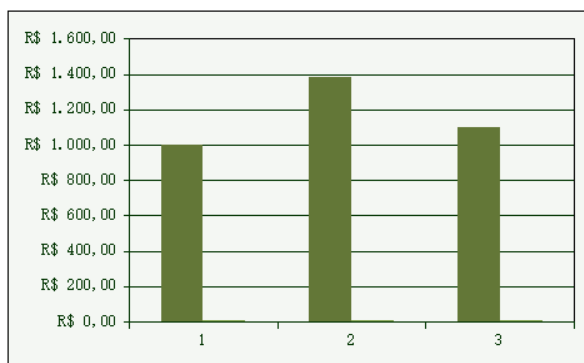


Gráfico 3- Salário
Fonte: Relatórios da APAE Elaboração: V.S.AGUIAR

Em relação ao salário verifica-se que o mesmo gira em torno de um salário a um e meio. Os postos de trabalho formais concentram na base da estrutura ocupacional que mais contratam pessoas com deficiência. Para Rosa (apud RODRIGUES, 2011), as empresas buscam contratar pessoas que exigem menos adaptações em geral e usam como subterfúgio para cumprir as metas de inclusão de pessoas com deficiência.

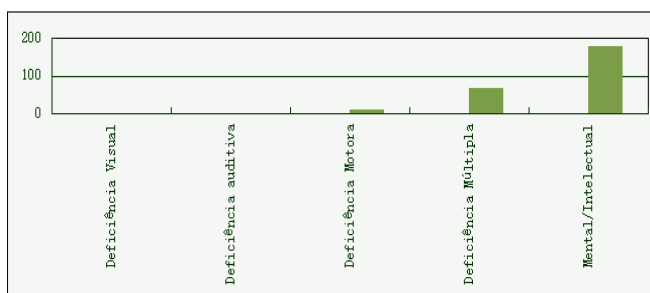


Gráfico 4- Tipos de deficiência
Fonte: Relatórios da APAE Elaboração: V.S.AGUIAR

Quando se refere aos tipos de deficiência observa-se que a maior representatividade está na deficiência mental/intelectual(DI). A literatura tem mostrado que as pessoas com DI encontram dificuldades tanto para serem empregadas como para se manterem em seus empregos (PEREIRA-SILVA; FURTADO; ANDRADE, 2018).

O artesanato se constitui em um recurso de educação e socialização e serve para estimular o autoconhecimento interpessoal e intrapessoal do ambiente social e do contexto familiar e até mesmo conhecimentos primários (data de aniversário, cores e higiene pessoal)



Figura 6. Atividade pedagógica
Créditos: Elaboração: V.S.AGUIAR



Figura 7 . Atividade pedagógica
Créditos: Elaboração: V.S.AGUIAR

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda carece de muitos avanços para que realmente se concretize de forma qualitativa para os que anseiam por essa inserção para fins de autonomia e cidadania.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa estava pautado em compreender os reatamentos ocorridas no mundo do trabalho e as dificuldades para a inserção de pessoas com deficiência nas empresas. Diante dessa temática e com auxílio de fontes bibliográficas verificou-se que apesar dos dispositivos legais que apontam para a necessidade da inclusão das pessoas com deficiência tanto nos contextos educacionais quanto laborais.

Destarte, a classe empresarial contrata-os apenas para cumprir a lei não estabelecendo critérios objetivos ou até mesmo uma estrutura em termos de recursos estruturais e humanos que possam assegurar o acompanhamento e a produtividade da PcD (BORDIGNON, s.d; RODRIGUES, 2011). Logo, tal assertiva suscita que a integração entre empresa e instituições educacionais como a APAE deveria ser visceral tal relação possibilitaria uma correspondência entre as exigências do mercado de trabalho e as possibilidades das pessoas com deficiência.

Para que se possa incluir as pessoas, a sociedade deve ser modificada, e não as pessoas, a partir do entendimento do que ela é e que necessita ser capaz de atender às pessoas, a partir do entendimento de que ela é que necessita ser capaz de atender às pessoas e efetuar mudanças. O crescimento, o desenvolvimento das pessoas com deficiência, por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional, etc, deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como uma exigência, para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade. Muitos princípios para a prática da Inclusão são considerados incomuns, diferentes e difíceis, como: a aceitação das diferenças individuais, (muitas vezes é difícil para os próprios pais aceitarem o problema dos filhos) a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação, da ajuda mútua, do entendimento.

Vê-se, o preconceito que chegava ao maior grau de injustiça, da ignorância, da perversidade, enfim da frieza humana, mas com o passar do tempo principalmente nas últimas décadas, a conquista por um espaço de igualdade segue um processo histórico de lutas e reivindicações por parte dos grupos organizados. Essas pessoas tiveram que enfrentar diversos termos de classificação que os ditos

“normais” iam criando para classificá-los em um grupo de excluídos (paralítico, aleijado, excepcional, doente mental, anormal, doido, mongolóide e deficiente).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho.** Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>. Acesso: 29 agost.2019.

ALVES, Ismael Gonçalves. Da caridade ao welfare state: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. **Cienc.**

Cult. vol.67 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2015. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000100017

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso: 13 agost.2019.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BEYER, H. O. Por que Lev Vygotsky Quando se propõe uma educação inclusiva? **Revista do Centro de Educação.** Edição: n.26, 2005 –. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a7.htm>. Acesso em 04 nov. 2008

BORDIGNON, Priscila Mallmann. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: uma realidade possível.** Disponível em:

http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1345762043A_Inclusao_da_PcD_no_Mercado_de_Trabalho_uma_realidade_possivel_Priscila_Mallmann_Bordignon.pdf. Acesso: 3 set.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Lei nº8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8213cons.htm. Acesso: 21 agost.2019.

_____. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeiS/L8112cons.htm. Acesso: 21 agost.2019.

_____. **Lei nº 12711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/l12711.htm Acesso: 21 agost.2019.

_____. **Lei nº 13.146/2005**. de 6 de julho de 2015..Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/l13146.htm.Acesso: 21 agost.2019.

CASTEL, Robert., **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salario. 7ª.ed., Petropolis, RJ: Vozes, 1992.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

COSTA, Sandra Moraes de B. **Dignidade humana e pessoa com deficiência**: aspectos legais e trabalhistas. São Paulo: LTr. 2008.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial: grandes tendências de mudança. In:**Economia e Sociedade**, Campinas, nº 1, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2ª ed.São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Maria Ester B. **A dialética do cotidiano**: trabalho social em conjunto habitacional. São Paulo: Cortez, 1982.

DICHER,Marilu ;TREVISAM,Elisaide .**A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**.Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b> Acesso:12 agost.2019.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**. Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

FALEIROS, Vicente. **A Política Social do Estado Capitalista**. As Funções da Previdência e da Assistência Sociais. 5ª Ed., São Paulo: Cortez, 2006

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando no silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. 1.ed. São Paulo: Giz, 2008.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Disponível em:
<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>. Acesso : 11 jun. 2019 .

IAMAMOTO, Marilda VILELA; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez; (Lima, Peru) CELATS, 2011

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico** .7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia . **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1994

MARX, Karl. **A Origem do Capital**. São Paulo: Centauro, 2004

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MIRANDA, T. G. Educação Profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais. **Cadernos do CRH** (UFBA), Salvador, v. 14, n. 34, p. 99-123, 2001. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18582/11956>. Acesso: 20 set. 2019.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: porque, como, onde e para quem?** 2014. 50f. Monografia (Faculdade de Medicina). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/wp-content/uploads/2014/07/Acessibilidade-Cultural-porque.pdf>. Acesso: 20 set. 2019.

NETO, José Menelau. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; ALVES, Giovanni; NETO, José Menelau. (orgs.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1998

PÁDUA, Elisabete Matallo M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PEREIRA, Jacqueline de Andrade. Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: uma perspectiva de consumo coletivo. Dissertação

(Mestrado em consumo, cotidiano e desenvolvimento social).PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PEREIRA,Jaquelline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria .Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social.**SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v9_artigo03_oligarquias.pdf. Acesso:18 agost.2019.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana; FURTADO, Adelaine Vianna e ANDRADE, Jaqueline Ferreira Condé de Melo.A Inclusão no trabalho sob a perspectiva das pessoas com deficiência intelectual. **Temas psicol.** [online]. 2018, vol.26, n.2, pp. 1003-1016. ISSN 1413-389X. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.2-17Pt>.

PIANA, Maria Cristina . **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.. Disponível em:<http://books.scielo.org/>. Acesso:25 set.2019.

QUINDIM, Fernada Gabriela; LAGO, Sandra Regina dos S. Direito ao trabalho da pessoa com deficiência.In: COSTA, Maria da Piedade Resende da. **A pessoa com deficiência no mercado de trabalho**.São Carlos: Pedro & João editores, 2012.

RODRIGUES, Leandro Cássio.**A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: um estudo de caso . Dissertação (Mestrado Profissional)-Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/313692/1/Rodrigues_Leandro_Cassio_M.pdf Acesso:12 set.2019.

SANTOS, Alyne Cristina dos; REZENDE, Evelin Oliveira de; NETO, Ulysses Gomide. Profissionalização da pessoa com deficiência: aspectos históricos. In: COSTA, Maria da Piedade Resende da. **A pessoa com deficiência no mercado de trabalho**.São Carlos: Pedro & João editores, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, O. M. A Época Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo; **Caderno Cedes**, 198

SILVA, Silvio César.Um olhar sobre a centralidade do emprego na proteção social: do Welfare State ao Workfare.In: BLASS, Leila Maria da Silva(org.) **Ato de trabalhar**: Imagens e rpresentações. SãoPaulo: Annablume, 2006.

TOMASINI, Maria Elizabete Archer. Trabalho e deficiência mental: uma questão a ser repensada. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo, v. 3, n. 3, 1995.Disponível em: https://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_comentario02.pdf. Acesso: 2 set.2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.